

0659

Assunto: Parecer ao **PORL** – Programa Operacional Regional de Lisboa, **POISE** – Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e ao **POCH** – Programa Operacional do Capital Humano

Data: 26-05-2014

Prazo de Resposta:

Registo n.º

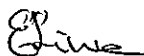
Entidade: Mesa AML

Proc. n.º

Exm^a. Sra. Presidente,

Junto envio o Parecer relativo ao **PORL**, **POISE** e **POCH**, aprovado na reunião da 6^a.
“*Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania*”, realizada no dia 26 de Maio/14.

O NAC



Eneida Lima

68
7
am

6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania

Parecer

Relativo ao PORL - *Programa Operacional Regional de Lisboa*, POISE - *Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego* e ao POCH - *Programa Operacional do Capital Humano*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/____

ENT 1729/SG/DAOSM/GAAM/14

DATA 26/05/2014

Eneida Lima

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Tendo o **PORL** - Programa Operacional Regional de Lisboa, o **POISE** - Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego e o **POCH** - Programa Operacional do Capital Humano sido remetidos pela Arq.^a Helena Roseta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, para a Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania a fim de ser apreciado e emitido parecer, até ao dia 26 de Maio de 2014, cumpre proceder à sua emissão, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017¹.

II – CONSIDERANDOS

II a) – POR

Atendendo à abrangência do Programa Operacional Regional de Lisboa relevamos a síntese das matérias lá referenciadas que sejam de manifesta relevância para os trabalhos da 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania, a saber:

SECÇÃO 1. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA OPERACIONAL COM VISTA A CONTRIBUIR PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO PARA UM CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO E PARA A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

O PO de Lisboa visa dar continuidade à trajetória de reforço da competitividade regional, intensificando de forma muito marcante as apostas na inovação, na I&D e na diversificação e fortalecimento das PME, com vista à sua internacionalização e participação nos processos de crescimento e inovação. O objetivo é confirmar e consolidar a posição de Lisboa entre as regiões inovadoras da UE, integrando-a plenamente na economia do conhecimento.

A sustentabilidade deste processo de transformação regional está dependente, contudo, de uma ação concertada a outros dois níveis. Por um lado, a valorização da dimensão ambiental, onde pesa a transição para uma economia de baixo teor de carbono e a proteção e valorização dos recursos naturais, reforçando a resiliência territorial às alterações climáticas e, por outro, a promoção do emprego e da inclusão social, especialmente relevantes no contexto de crise económica.

A Região escolheu por isso orientar os seus esforços para projetos que promovem a investigação, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e o aumento da competitividade das PME, a eficiência energética e a proteção do ambiente e da biodiversidade, a inclusão, o ensino e a aprendizagem ao longo da vida. Em

¹ Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, da Assembleia Municipal de Lisboa, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.

suma, projetos que visam tornar a Região de Lisboa mais competitiva na economia global, mais inclusiva no acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens, dos menos qualificados e dos mais desfavorecidos e mais sustentável na utilização de recursos.

O compromisso da Região de Lisboa com os objetivos da estratégia "Europa 2020", em termos de crescimento inclusivo e a superação do atual quadro de problemas de emprego e inclusão, exigem duas linhas de respostas do PO de Lisboa.

Por um lado, apoiando projetos que visem promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral. Por outro lado, apoiando projetos que visem promover a inclusão social e combater a pobreza, respondendo designadamente aos seguintes objetivos específicos:

- Contribuir para o Crescimento Inclusivo e Inteligente na União Europeia promovendo a qualificação do capital humano na Região de Lisboa;
- Contribuir para o Crescimento Sustentável na União Europeia promovendo a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos na Região de Lisboa.

SECÇÃO 2. EIXOS PRIORITÁRIOS

Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

Prioridade de Investimento 8.1

Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.

Objectivo Específicos

Integrar os desempregados de forma sustentada no mercado de trabalho;

Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas empresas como contributo para elevar as competências empresariais em I&I.

Prioridade de Investimento 8.3

Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.

Objectivos Específicos

Apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas.

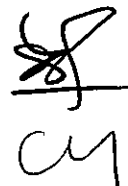
Prioridade de Investimento 8.4

Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual

Objectivos Específicos

Melhorar as condições de conciliação da vida familiar e profissional promovendo, simultaneamente, a natalidade e novas formas de integração no mercado de trabalho;

Integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos sectores público, privado e cooperativo



Prioridade de Investimento 8.5

Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança

Objectivos Específicos

Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança;

Aumentar a empregabilidade dos ativos através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho;

Inserção de recursos humanos altamente qualificados nas unidades de investigação de entidades do SCTN como contributo para a qualificação das suas estratégias.

Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

Prioridade de Investimento 9.1

Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.

Objectivo Específicos

Aumentar o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos vulneráveis, facilitando o seu acesso ao mercado de trabalho;

Reforçar as abordagens locais integradas de apoio ao desenvolvimento social assente em parcerias locais;

Promover a inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas;

Reforçar a abordagem personalizada da intervenção social assente no voluntariado.

Prioridade de Investimento 9.3

Luta contra todas formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades.

Objectivos Específicos

Combater as discriminações e os estereótipos.

Prioridade de Investimento 9.4

Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral.

Objectivos Específicos

Aumentar a qualidade e diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde.

Prioridade de Investimento 9.6 / 9.10

Investimento no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

Objectivos Específicos

Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios rurais, periurbanos e bairros críticos

Prioridade de Investimento 9.7

Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do

acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Objectivos Específicos

Qualificar a oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados e de creches;
Reorganização da rede hospitalar.

Prioridade de Investimento 9.8

A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Objectivos Específicos

Regenerar física, social e economicamente as zonas desfavorecidas;
Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida.

Prioridade de Investimento 10.1

Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.

Objectivo Específicos

Melhorar o sucesso escolar no ensino básico e secundário;
Reforçar a igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário.

Prioridade de Investimento 10.2

Melhoria da qualidade, da eficiência do ensino superior e equivalente e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações particularmente para grupos desfavorecidos.

Objectivos Específicos

Aumentar o número de diplomados do ensino superior;
Aumentar o número de doutoramentos, visando o reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

Prioridade de Investimento 10.3

Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através de orientação profissional e da validação das competências adquiridas.

Objectivos Específicos

Elevar o nível de qualificação da população adulta ativa, empregada ou desempregada, através de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação.

Prioridade de Investimento 10.4

Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qua-

7
C

lidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.

Objectivos Específicos

Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho.

Prioridade de Investimento 10.5

Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

Objetivos Específicos

Requalificar as infraestruturas do Ensino Básico e Secundário;

Reforçar as capacidades do Ensino Superior.

SECÇÃO 5. NECESSIDADES ESPECÍFICAS DAS ZONAS GEOGRÁFICAS MAIS AFETADAS PELA POBREZA OU GRUPOS ALVO EM MAIOR RISCO DE DISCRIMINAÇÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL

A promoção da inclusão social, de forma multissetorial e integrada, através de ações executadas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, tem vindo a constituir uma prioridade nos últimos anos e consubstancia uma lógica de intervenção a aprofundar, para a qual os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) têm vindo a assumir como um importante instrumento de política social.

Neste sentido, o foco de ação da nova abordagem a necessidades específicas locais, consubstanciada nos CLDS+, mantém especial atenção aos territórios problemáticos, mas assume agora uma maior preocupação com os territórios especialmente afetados pelo desemprego, marcados por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil.

Áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/ grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

É neste contexto que o Programa CLDS+ constitui uma oportunidade, nomeadamente em territórios identificados como bairros críticos situados nas periferias das cidades, com enfoque nos bairros de habitação social que foram construídos ao abrigo dos vários instrumentos e programas da política de habitação, especialmente do Programa Especial de Realojamento (PER), na década de 90, com vista a erradicar os bairros de barracas e a proporcionar aos seus residentes melhores condições urbanísticas e sociais, e nos quais a concentração de imigrantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e descendentes de imigrantes era, e é muito significativa. Destacam-se ainda territórios como as Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), ainda não regularizadas e com urbanizações privadas em situação de forte desvalorização imobiliária, que sofreram uma rápida substituição dos residentes, em geral, por pessoas com maiores privações económicas e graves problemas sociais, e identificam-se também os territórios de alguns centros históricos que se configuram como territórios envelhecidos e economicamente deprimidos onde emergem novos problemas sociais críticos como o isolamento de idosos e com forte presença de comunidades imigrantes com dificuldades de integração.

887
Cm

Estratégia para abordar as necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza / dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

A resposta a este quadro de agravamento do desemprego, da pobreza e da exclusão dos grupos vulneráveis, para além de intensa e ambiciosa, deverá conceder um protagonismo redobrado à economia social, às organizações e às comunidades locais, na busca de soluções inovadoras mais eficazes, mais eficientes, mais sustentáveis e melhor ajustadas às necessidades das pessoas e dos territórios. Assim, a estratégia deverá contemplar ações inovadoras de dinamização económica local e de apoio à empregabilidade de grupos vulneráveis, focalizada no empreendedorismo, capaz de superar as situações de desemprego e exclusão persistente do mercado de trabalho, como induzir a rutura de ciclos geracionais de pobreza.

Importa assim, no âmbito deste Programa, aumentar a ativação de desempregados subsidiados ou de subsídio social de desemprego, como os beneficiários de rendimento social de inserção, através da integração em trabalho socialmente útil, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais, mas também no conjunto das medidas ativas de emprego que visem melhorar as suas competências socioprofissionais como meio de promover a sua empregabilidade e capacidade de empreendedorismo.

Importa relevar a importância de articulação, no território, da CLDS com a Rede Social. O trabalho desta permitiu, por sua vez, o reconhecimento de um número significativo de territórios capazes de sustentar o desenvolvimento dos CLDS. Neste sentido, o reforço da plataforma de entendimento e colaboração decorrente da Rede Social e seu alargamento às entidades/agentes que localmente poderão prestar serviços no âmbito da operacionalização de políticas sociais, nascerá uma nova rede local de intervenção social (RLIS) que se pretende que assegure a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos que integram a rede e possa promover, dinamizar e monitorizar respostas integradas.

Essa RLIS assentará numa lógica de descentralização e prestação de serviços a contratuar através de uma estreita articulação entre a Segurança Social, os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), as entidades e os demais agentes da comunidade, garantindo uma flexibilidade e subsidiariedade na sua implementação, bem como do seu acompanhamento, monitorização e avaliação.

A operacionalização do Programa CLDS+ concretizar-se-á através de intervenções concertadas entre entidades públicas e privadas, com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a empregabilidade e a autonomização dos públicos-alvo.

SECÇÃO 11. PRINCÍPIOS HORIZONTAIS

Desenvolvimento Sustentável

- Assenta nas seguintes medidas:
- Avaliação Ambiental Estratégica do PO Regional;
- Avaliações ambientais dos projetos a cofinanciar, quando aplicável, no sentido de garantir que os requisitos em matéria de proteção ambiental são cumpridos;
- Aplicação do princípio poluidor-pagador, ao nível dos projetos, quando aplicável;
- Possibilidade de majoração de apoios concedidos a projetos que demonstrem:
 - Promover uma utilização eficiente dos recursos;
 - Contribuir de forma significativa para a transição para uma economia de baixo carbono;
 - Potenciar o crescimento da Economia Verde na Região de Lisboa.

Igualdade de Oportunidades e Não-Discriminação

Questão central no contexto da programação, implementação, monitorização e avaliação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários.

Segue uma dupla perspetiva:

- Por um lado, o respeito por estes princípios na programação, implementação, monitorização e avaliação dos fundos obedecerá a uma lógica de transversalidade na promoção dos mesmos (numa perspetiva de mainstreaming desses princípios, de forma adequada ou pertinente face a cada área ou tipologias de intervenção dos fundos);
- Por outro lado, atendendo às necessidades particulares de segmentos populacionais e territórios mais afetados por fenómenos de desigualdade e discriminação, serão apoiadas ações específicas e focalizadas na superação dessas desigualdades (ações de discriminação positiva).

Igualdade de Género

Sinalizam-se as seguintes grandes áreas de intervenção:

- Fomento de uma maior conciliação da vida profissional e familiar, designadamente através da integração da dimensão da igualdade de género na organização, funcionamento e atividade das entidades dos setores público, privado e cooperativo (mediante, por exemplo, formas inovadoras de integração e organização laboral, consolidação e adaptação da rede de serviços coletivos nos territórios, nomeadamente em matéria de resposta a dependentes, em particular crianças e idosos nessa situação e a implementação de planos para a igualdade);
- Criação de condições às famílias para que a estrutura etária possa voltar a rejuvenescer num quadro de maior participação da mulher na economia regional.

O Parecer da Área Metropolitana de Lisboa sobre o POR em virtude da sua síntese, é transcrito parcialmente:

1. (...)

2. Contudo, atendendo aos 3 eixos estratégicos mencionados no ponto 1, e às competências da Administração Local, são manifestamente insuficientes as verbas do FEDER alocadas à concretização de política de cidades, nomeadamente nos Objetivos Específicos: 4 (Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores), e 6 (Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos), 9.8 (Concessão de apoio à regeneração física) e 10.5 (Investimentos na educação). Os valores máximos a que a Administração Local pode aceder, enquanto beneficiário, não atingem, sequer, os 13% do total do FEDER do PO Regional, sendo que em alguns deles apenas são beneficiários as empresas, excluindo-se as autarquias.

3. Alertar que estão omissas ou subalternizadas no PORL áreas estratégicas, como:

- a. A valorização do turismo como recurso económico e capital social basilar para a estratégia de desenvolvimento integrado da região, a qual beneficia de um "ecossistema cultural" e de uma "ambiente natural" singular em termos europeus, preponderante fator de identidade e de coesão territorial. Destaca-se aqui ainda a relevância que deveria ser dada no PORL à náutica de recreio enquanto fileira económica que deve deter enorme expressividade na dinamização económica e social da região e que também se encontra desvalorizada;

Handwritten signature and initials

- b. (...)
- c. (...)
- d. *A promoção da igualdade do género, do envelhecimento ativo e de uma sociedade mais inclusiva;*
- e. (...)
- f. *O parque escolar do 1o ciclo do ensino básico e a necessidade da sua requalificação, designadamente, quer para efeitos do cumprimento da Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro - Remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, quer para promover a eficiência energética das escolas.*

4. (...)

5. (...)

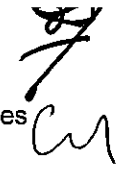
6. *Rejeitar veementemente que mais de 19% do FEDER do PO se destine a um equipamento hospitalar, uma vez que a sua área de cobertura ultrapassa a Área Metropolitana de Lisboa, como se pode ler no próprio documento (pág. 27), "com efeitos significativos em termos de melhoria dos níveis de resposta às necessidades de prestação de cuidados de saúde na Região e País" (sublinhado nosso). Aliás, o PORL não deve especificar este investimento, uma vez que a partir deste momento deveria indicar outros equipamentos hospitalares em falta, nomeadamente o futuro hospital do Seixal. Em qualquer caso acresce que no objetivo específico "reorganização da rede hospitalar" da prioridade de investimento 9.7 do eixo prioritário 9 (pág. 158) é referido que "ao longo das últimas duas décadas efetuou-se um reforço da reorganização hospitalar" que permitiu "reforçar a oferta na Península de Setúbal (Garcia da Orta), reduzindo a sua dependência relativamente à cidade de Lisboa". Importa esclarecer que embora o Hospital Garcia de Orta (e não Garcia da Horta como é incorretamente denominado) tenha sido um reforço, a sua capacidade de oferta é neste momento manifestamente insuficiente. Assim, deverá ser dada outra redação a este conteúdo, sob pena do PORL apresentar um diagnóstico errado da situação hospitalar na Península de Setúbal. Consequentemente, a verba prevista para este projeto deve ser realocada à AIDUS.*

II b) – POISE

A estratégia de contribuição do PO Inclusão Social e Emprego com vista a contribuir para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a Coesão económica, social e territorial

Portugal continua a apresentar elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social, os quais se refletem em aspetos como:

- Incidência da pobreza infantil, conjugada tanto com elevados níveis de persistência, como de intensidade, potenciando a reprodução intergeracional da pobreza;
- Vulnerabilidade acrescida dos agregados com crianças, em particular as famílias monoparentais e as numerosas;
- Situações de insuficiência de recursos em agregados com adultos que trabalham, tipicamente associados a níveis de escolaridade muito reduzidos e que se refletem em desigualdades salariais acentuadas;

- 
- Crescente número de famílias com baixa intensidade de trabalho, traduzindo-se em novas situações de pobreza monetária e de desigualdade de rendimentos;
 - Existência de grupos específicos particularmente vulneráveis, como os desempregados de longa e muito longa duração, as pessoas com deficiência e/ou incapacidade, os imigrantes e minorias étnicas (com destaque para as comunidades ciganas) ou os sem-abrigo.
 - Crescimento do fenómeno do sobre-endividamento, um dos fatores emergentes de empobrecimento e de agravamento das situações de pobreza monetária, com eventual reflexo sobre a capacidade dos agregados fazerem face a situações de crédito, designadamente do crédito à habitação;
 - Potencial agudização das discriminações e estereótipos sociais

Neste contexto, as medidas de promoção do emprego cofinanciadas pelos FEEI no período 2014-2020 deverão prosseguir os seguintes objetivos:


- Reforço da formação profissional para jovens, nomeadamente da formação dual ou vocacional que respondam a expectativas pessoais de educação e formação e proporcionem níveis adequados de empregabilidade, por via de uma adequada articulação com o tecido económico e social;
- Promoção do investimento na aprendizagem ao longo da vida de forma a dotar os adultos e as pessoas em situação de vulnerabilidade (em particular os desempregados) de novas competências mais apropriadas ao padrão produtivo em que muitas empresas se especializam, possibilitando igualmente a mobilidade profissional e setorial, designadamente através da aposta na reconversão dos desempregados e das pessoas em risco de desemprego;
- Melhoria do ajustamento do mercado de trabalho, atuando junto dos desempregados com mais dificuldades de reinserção (como os desempregados de longa e muito longa duração) e das empresas;
- Reforço da eficácia, pertinência, adequação e operacionalização das políticas ativas de emprego, nomeadamente as de proximidade com as autarquias e outras instituições locais, e incentivo a uma maior proatividade do Serviço Público de Emprego nesta área.

O POISE concentrará a sua intervenção nos três últimos objetivos, sendo o primeiro prosseguido essencialmente no quadro do domínio temático do capital humano. Nesse contexto, refira-se que a formação de adultos, designadamente de maior duração e igualmente de dupla certificação, passará pelo PO do Capital Humano, estando a qualificação dos mesmos mais ligada à resposta a necessidades de melhoria da competitividade das entidades empregadoras, em especial das micro, pequenas e médias empresas, apoiada no domínio da competitividade e internacionalização.

Eixos prioritários

Eixo prioritário 1 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

- Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;
- Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual;

- 
- Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;
 - Envelhecimento ativo e saudável;
 - Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor;

Eixo prioritário 2 – Iniciativa Emprego Jovem

- A integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem.

Eixo prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação

- Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade
- Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades
- Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral
- Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego

Eixo prioritário 4 – Assistência técnica

A intervenção dos fundos comunitários para o período 2014-2020, em Portugal, encontra-se subordinada às prioridades de promoção da competitividade da economia, de formação de capital humano, de promoção do emprego, de combate à pobreza e promoção da coesão social e da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável, que, em conjunto, deverá contribuir para a recuperação de uma trajetória de crescimento e de emprego sustentável, em sintonia com as orientações estratégicas enunciadas na Estratégia Europa 2020 e no PNR e com as exigências do processo de consolidação orçamental.

O PO ISE, em estreita articulação e complementaridade com os restantes PO temáticos e regionais, visa o "reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social". O PO ISE prossegue dois dos objetivos temáticos previstos no artigo 9 do RDC dos FEEI - o OT8, Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores e OT 9, Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. De referir, que estes objetivos mobilizam 45,4% do total de Fundo Social Europeu do envelope financeiro nacional para o período 2014-2020, entre o PO ISE, os restantes PO temáticos e os PO regionais, contando o OT 9 com uma afetação de 21,3% de FSE.

O PO ISE mobiliza, assim, uma dotação de FSE de 1 969 Milhões de Euros, a que acresce a contrapartida nacional e a dotação específica (161 Milhões de Euros) atribuída a Portugal no contexto da IEJ, atendendo

47
M

a que a mesma é programada como eixo autónomo deste PO. A dotação financeira comunitária do PO corresponde assim a 2 130 Milhões de Euros. O PO ISE abrange, em regra, as regiões menos desenvolvidas do Continente – Norte, Centro e Alentejo - sendo a prossecução da sua ação no território complementada pela ação dos POR, nos termos previstos no Acordo de Parceria.

Abordagem integrada ao desenvolvimento territorial

- A abordagem para a mobilização de fundos no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária
- A abordagem para a mobilização de fundos no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável (AUDUS)
- A abordagem para a mobilização de fundos no âmbito de Investimentos Territoriais Integrados
- Modalidades de ações inter-regionais e transnacionais, no âmbito do programa operacional, com os beneficiários localizados em pelo menos um outro Estado-Membro
- Contribuição das ações previstas no âmbito do programa para as estratégias macrorregionais e para as bacias marítimas, dependentes das necessidades da zona abrangida pelo programa identificadas pelo Estado-Membro

Necessidades específicas das áreas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em maior risco de discriminação ou exclusão social

Áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social

A taxa de risco de pobreza monetária tem-se mantido relativamente estável nos últimos anos, registando-se, em 2012, 17,9% da população em risco de pobreza, isto é, cerca de 1 883 mil indivíduos com rendimento inferior a 60% da mediana do rendimento monetário líquido equivalente, ou seja, 4 994€ anuais (416€ mensais). O fenómeno da pobreza atinge particularmente as mulheres (18,2% face a 17,5% dos homens), dada a especificidade da sua participação na vida familiar, económica e social. Com efeito, as mulheres recebem, em média, salários mais baixos do que os homens, são estruturalmente mais afetadas pelo desemprego e têm menos proteção social devido a uma participação mais irregular na atividade económica ao longo do seu ciclo de vida.

O recuo do risco de pobreza é particularmente notório nos idosos, retrocedendo de 28,9% em 2004, para 22,3% em 2008 e para 17,4% em 2012. Já para o grupo etário das crianças, esta descida é menor, baixando de 24,6% em 2004, para 22,8% em 2008, mantendo-se praticamente estável nos anos seguintes, registando 22,4% em 2010 e 2011, e assinalando um pequeno recuo no último ano disponível, isto é, 21,7% em 2012. Relativamente à observação da taxa de intensidade da pobreza, que mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano das pessoas em risco de pobreza, depois de um significativo recuo entre 2005 (26%) e 2010 (22,7%), regista um aumento nos últimos dois anos, 23,2% em 2011 e 24,7% em 2012. Relativamente às crianças, essa tendência de agravamento depois de 2010 (24,8%) também se verifica: em 2011 registou uma taxa de 25,1% e em 2012 de 26,9%. É, no entanto, notável o recuo da intensidade da pobreza dos idosos no período em análise, em particular desde 2007 (18,7%), atingindo uma taxa de 11,4% em 2012.

O risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar é um indicador fundamental para compreendermos a vulnerabilidade acrescida dos agregados quando há crianças presentes: são os agregados constituídos por um adulto (24,2%), um adulto com pelo menos uma criança dependente (30,5%) e por dois adultos com três ou mais crianças (41,2%), isto é, são as famílias unipessoais, monoparentais e numerosas, as que registam taxas de pobreza monetária mais elevadas em 2012.

Numa análise regional, e em termos de desigualdade, destaca-se Lisboa como a região mais desigual na distribuição de rendimentos totais, 37,1% segundo o Coeficiente de Gini, estando todas as outras abaixo do nível de desigualdade total do país, 33,2%; em termos de pobreza, e considerando aqui o rendimento total, o risco de pobreza varia bastante, com os Açores a registar a taxa mais alta (17,9%) e o Algarve a registar a taxa mais baixa (11,3%), sendo que acima da taxa de pobreza nacional, de 14,8%, situam-se, além dos Açores, a Madeira (16,1%), o Alentejo (16,1%) e o Norte (15,3%); quando se consideram apenas os rendimentos monetários, três regiões estão abaixo da média nacional de 17,3%, sendo elas Lisboa e Alentejo (15,8%) e Algarve (14,7%), com as restantes a registar taxas superiores (Norte com 17,6%, Centro com 18,9%, Açores com 20,3% e Madeira com 18,8%).

Os indicadores mostram claramente que é a população em idade ativa a mais atingida pelas consequências sociais e económicas da crise, cujo impacto não é mais evidente porque há um efeito atenuador por parte do grupo dos idosos.

Há depois grupos que são mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social e que, apesar de não serem particularmente relevantes na estrutura e peso da população em risco de pobreza e exclusão, acumulam um conjunto de dificuldades que torna a sua situação particularmente difícil, exigindo uma intervenção mais direcionada. Entre eles, destacam-se as pessoas com deficiências e/ou incapacidades, os imigrantes, as pessoas sem-abrigo e as comunidades ciganas. Salienta-se, no entanto, que a pertença a determinado grupo étnico ou cultural não constitui por si um indicador de exclusão social.

Quanto aos imigrantes, Portugal tem procurado criar as condições necessárias à sua integração, sendo que cerca de 40% do total de estrangeiros residentes em Portugal se encontram nas regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo). Muitos destes cidadãos foram os primeiros a sentir os efeitos da crise, pois têm vindo a ocupar os trabalhos mais precários, em setores fortemente afetados, tendo, por força da sua condição, redes de apoio mais frágeis ou mesmo inexistentes. Estes cidadãos têm necessidades específicas que importa colmatar por forma a continuar a garantir uma boa integração na sociedade, indutora de coesão social no território e de uma cidadania ativa por parte de todos os cidadãos. São exemplo dessas barreiras a necessidade de conhecimento da língua portuguesa, o desconhecimento da cultura, hábitos e normas, o desconhecimento da organização da administração pública, a desconfiança dos serviços públicos e a dificuldade no reconhecimento das habilitações.

Estratégia para abordar as necessidades específicas das áreas geográficas mais afetadas pela pobreza/dos grupos-alvo expostos a um maior risco de discriminação ou exclusão social e, se for caso disso, contribuição para a abordagem integrada definida no acordo de parceria

A promoção da inclusão social dos cidadãos, de forma multissetorial e integrada, através de ações executadas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, tem vindo a constituir uma prioridade de Portugal ao longo dos anos.

57
M

Aos contratos locais de desenvolvimento social + (CLDS+) é agora aberta a oportunidade de serem ainda mais potenciados através da Rede Social que, enquanto plataforma renova a intervenção social, num novo espaço de maximização. De facto, o impacto diversificado nos territórios, tem exigido o alargamento do grau de integração das intervenções e as situações de fragilidade passíveis de intervenção. Em concreto, o foco de ação da sua nova abordagem a necessidades específicas locais, embora não descurando os territórios envelhecidos ou atingidos por calamidades, assume agora preocupação nuclear com os territórios especialmente afetados pelo desemprego e por situações críticas de pobreza, em especial a pobreza infantil.

O Parecer emitido pela Área Metropolitana de Lisboa sobre o POISE - Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego, em virtude da sua síntese, é transcrito na íntegra:

“Atendendo a que os objetivos do POISE são o reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social através de medidas inovadoras de intervenção social, apoiando diretamente os grupos populacionais mais desfavorecidos pela promoção de políticas ativas de emprego e de outros instrumentos de salvaguarda da coesão social, não se pode aceitar a exclusão da AML da esfera temática deste PO, quando a própria base analítica do PO destaca a região de Lisboa como a mais desigual na distribuição de rendimentos totais, cerca de 37,1% segundo o coeficiente de Gini, a única superior face à linha média nacional de 33,2%.

Apesar da exceção de afetação ao seu Eixo Prioritário 2 — Iniciativa Emprego Jovem, associado à prioridade de investimento 8.2, todas as restantes áreas de necessidade de intervenção são excluídas do POISE, ficando, assim, a Região limitada à reduzida verba considerada no POR de Lisboa, manifestamente insuficiente face às necessidades expressas pelas populações e pelo território metropolitano de Lisboa.

Embora seja referenciado no POISE as correlações estratégicas suscitadas com o AIDUS, os ITI e os DLBC, não se materializa porém como tal vai suceder nem como se preconiza efetivar com assertividade e visando as metas de resultados, a locações financeiras a efetivamente concretizar.

II c) - POCH

De acordo com as prioridades da Estratégia Europa 2020, do Programa Nacional de Reformas e das conclusões do *Position Paper* para Portugal, o Governo da República Portuguesa definiu as prioridades estratégicas para o ciclo 2014-2020 e os pressupostos do Acordo de Parceria “Portugal 2020”, que estabelece as orientações e prioridades de aplicação dos fundos estruturais para o período 2014-2020 e define os domínios temáticos e transversais da programação.

Para além de dois domínios transversais, relativos à reforma da Administração Pública e à regionalização das intervenções, a programação do Acordo de Parceria "Portugal 2020" integra quatro Programas Operacionais Temáticos.

O POCH - Programa Operacional do Capital Humano é um dos quatro Programas Operacionais Temáticos 2014-2020.

O conjunto dos Programas Operacionais Temáticos já foi alvo de parecer pela Assembleia Metropolitana, na sequência da aprovação por unanimidade com os votos favoráveis dos Municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, da Proposta n.º 16/CML/2014.

POCH - SÍNTESE

O Programa Operacional do Capital Humano visa dar resposta a um conjunto de constrangimentos nele identificados, quais sejam:

- i) o reduzido de qualificações médias da população jovem adulta, associado à generalização tardia da escolarização abrangente da população portuguesa face aos países mais desenvolvidos;
- ii) a reduzida participação da população adulta em atividades de educação e formação certificada;
- iii) os elevados níveis de abandono precoce de educação e formação por parte dos jovens, face à média comunitária, apesar da acentuada quebra verificada nos últimos anos;
- iv) a reduzida eficiência na utilização dos recursos na educação e na formação e a necessidade de melhorar a sua qualidade, associadas a elevadas taxas de insucesso e à menor eficácia da orientação vocacional;
- v) o desajustamento verificado entre as qualificações produzidas e as solicitadas pelo mercado de trabalho;
- vi) a necessidade de reforçar a atratividade e competitividade internacional do ensino superior;

Em face de tais constrangimentos são definidos os objetivos globais, a saber:

- i) a promoção do sucesso e a redução do abandono escolar (ESL);
- ii) o aumento da eficácia na produção de qualificações orientadas para o mercado de trabalho;
- iii) o aumento da atratividade e do número de diplomados do ensino superior;
- iv) a melhoria das qualificações da população adulta;
- v) a promoção da qualidade no sistema de educação e formação;

Os objetivos globais supra indicados são concretizados através de um conjunto de cinco Eixos:

Eixo 1: Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação dos jovens;

Eixo 2: Reforço do ensino superior e da formação avançada;

Eixo 3: Aprendizagem ao longo da vida;

Eixo 4: Qualidade e Inovação do sistema de educação e formação;

Eixo 5: Assistência Técnica

O POCH abrange apenas as regiões Norte, Centro e Alentejo. A sua implementação é articulada com os Programas Operacionais Regionais (POR). O POR de Lisboa concentra as medidas da área do Capital Humano nos seguintes domínios:

- i) Promoção do sucesso educativo e na redução do abandono escolar precoce;
- ii) Promoção de programas de formação avançada;
- iii) No reforço da aprendizagem ao longo da vida;
- iv) Na melhoria e qualidade do ensino.

Parecer da Área Metropolitana de Lisboa sobre o POCH

O Parecer emitido pela Área Metropolitana de Lisboa sobre o POCH - Programa Operacional do Capital Humano, em virtude da sua síntese, é transcrito na íntegra:

"Atendendo a que os objetivos do POCH são: promover o sucesso e a redução do abandono escolar, aumentar a eficácia nas qualificações orientadas face ao mercado de trabalho, aumentar a atratividade e o número de diplomados no ensino superior, melhorar as qualificações da população adulta e promover a qualidade no sistema de educação e formação, não se pode aceitar a exclusão da AML da esfera temática deste PO, atendendo a que as verbas disponibilidades no POR de Lisboa, para estas temáticas, são escassas face às premências de intervenção sentidas na área metropolitana de Lisboa e na sua imensa mancha periurbana, que em alguns domínios territoriais ainda é marcada por comunidades tradicionalmente rurais e piscatórias, como por comunidades urbanas em zonas de risco de exclusão social" (negritos no original).

III – OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania e, bem assim, a deputada relatora reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será discutida e votada a Proposta.

IV – CONCLUSÕES

IV a) – POR

A Sra. Arq^a Teresa Almeida, coordenadora da Equipa de missão Lisboa/Europa 2020 apresentou, em sede de audição, todo o processo de elaboração do programa, nomeadamente a sua cronologia, datas mais significativas, e explicação sobre os eixos e prioridades do PO.

Da estreita articulação entre a equipa de Missão e a CCDR-LVT resultou, segundo aquela responsável, o acolhimento de boa parte das recomendações e preocupações vertidas no Parecer (Edital N°19/CML/2014) elaborado pelo Conselho Metropolitano (CM) de Lisboa, o qual foi aprovado por unanimidade.

Mais referiu que é entendimento da Unidade de Missão que, na sua quase totalidade, as áreas e intervenções previstas na “Estratégia Lisboa 2020” obterão financiamento ao abrigo do PO de Lisboa, no valor global de 833,3 milhões de euros.

Pese embora estas afirmações, a 6^a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania não deixa de sublinhar algumas das preocupações referidas no Parecer do Conselho Metropolitano, em particular:

- i) Insuficiência das verbas do FEDER alotadas à concretização de política de cidades, nomeadamente nos Objetivos Específicos 6 (Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos e 10.5 (Investimentos na educação).
- ii) Preocupação face à exiguidade das verbas alocadas à regeneração urbana, sendo que apenas são destinados 200 milhões de euros à melhoria da eficiência energética em edifícios habitacionais privados. Esta verba, sendo inacessível às autarquias, compromete a possibilidade de operações integradas, o que consideramos fundamental, envolvendo o sector público e privado, como era objetivo da própria Comissão Europeia.
- iii) Acompanhar a rejeição do Conselho Metropolitano face à alocação de 19% do FEDER do PO a um equipamento hospitalar, dado que a sua área de cobertura ultrapassa a Área Metropolitana de Lisboa.

IV b) – POISE

O POISE, em estreita articulação e complementaridade com os restantes PO temáticos e regionais, visa o “reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e o combate à exclusão social, assegurando a dinamização de medidas inovadoras de intervenção social e os apoios diretos aos grupos populacionais mais desfavorecidos, as políticas ativas de emprego e outros instrumentos de salvaguarda da coesão social”. O POISE prossegue dois dos objetivos temáticos previstos no artigo 9 do RDC dos FEEI - o OT8, Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores e OT 9, Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação. De referir, que estes objectivos mobilizam 45,4% do total de Fundo Social Europeu do envelope financeiro nacional para o período 2014-2020, entre o PO ISE, os restantes PO temáticos e os PO regionais, contando o OT 9 com uma afetação de 21,3% de FSE.

O POISE mobiliza, assim, uma dotação de FSE de 1 969 Milhões de Euros, a que acresce a contrapartida nacional e a dotação específica (161 Milhões de Euros) atribuída a Portugal no contexto da IEJ, atendendo a que a mesma é programada como eixo autónomo deste PO. A dotação financeira comunitária do PO corresponde assim a 2 130 Milhões de Euros. O POISE abrange, em regra, as regiões menos desenvolvidas do Continente – Norte, Centro e Alentejo - sendo a prossecução da sua ação no território complementada pela ação dos POR, nos termos previstos no Acordo de Parceria.

As ações a financiar por este PO, no âmbito do OT 8 serão desenvolvidas no quadro das seguintes prioridades de investimento previstas no Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, relativo ao FSE, doravante designado por Regulamento do FSE:

- Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;
- Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia Jovem;
- Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual;
- Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;
- Envelhecimento ativo e saudável;
- Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes.

Realizada a análise do Programa Operacional temático da Inclusão Social e Emprego (POISE), destacamos a prioridade de investimento 8.7, que se aplica ao “aumento e eficiência das instituições e estruturas de apoio ao mercado de trabalho, incluindo através da construção, remodelação ou adaptação de espaços físicos e/ou de aquisição de equipamentos”.

No entanto o Programa tem uma aplicação em territórios menos desenvolvidos no continente, conforme se encontra expresso no ponto 1.1.3, intitulado “Fundamentação da alocação financeira” referindo:

“O POISE abrange, em regra, as regiões menos desenvolvidas do Continente – Norte, Centro e Alentejo - sendo a prossecução da sua ação no território complementada pela ação dos POR, nos termos previstos no Acordo de Parceria”.

Desta forma, é entender desta Comissão acompanhar o Parecer da Área Metropolitana quando este evoca que “não se pode aceitar a exclusão da AML da esfera temática deste PO”.

IV c) - POCH

Esta Comissão acompanha e reitera a posição da AML quando à inadmissibilidade da exclusão da AML do âmbito deste Programa Operacional, não apenas em virtude das carências da malha periurbana da Área Metropolitana, mas também pela importância da concentração populacional e da centralidade desta área que leva a que as principais instituições em posição de desenvolver os objetivos do POCH, sediadas em Lisboa ou na sua Área Metropolitana, acabem por ficar excluídas em virtude de critérios territoriais, da possibilidade de beneficiar das suas linhas de financiamento. É esse manifestamente o caso das instituições de ensino superior, nomeadamente no domínio da formação ao longo da vida.

Para além do mais, tem vindo a resultar quer do trabalho desenvolvido nesta Comissão, quer do Plenário da AML que existe um adiantado estado de degradação em equipamentos culturais e educativos (v. g. Liceu Camões), bem como uma carência de equipamentos escolares ao nível básico em áreas de expansão da cidade (v. g. Parque das Nações). Quanto a este último aspeto, nota-se positivamente a sua elegibilidade no âmbito do Plano de Ação Regional de Lisboa.

Pelo exposto, propõe-se que:

1. Se considere a elegibilidade territorial da Área Metropolitana de Lisboa para o POCH - Programa Operacional do Capital Humano, com vista a reforçar a possibilidade das instituições nela sediadas recorrerem a linhas de financiamento para projectos nele previstos.

2. No âmbito do desenvolvimento das infra-estruturas de ensino e formação previstas no Plano de Ação Regional de Lisboa se considere não apenas a eliminação das situações deficitárias de oferta de equipamentos de ensino básico, mas também a requalificação de equipamentos de ensino secundário, em especial os de maior valor em termos de património histórico;

3. Se considere a consagração de um espaço para a cultura no âmbito do Acordo de Parceria “Portugal 2020”

Compete à Assembleia Municipal de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer (a data limite era o dia 26 de Maio de 2014).

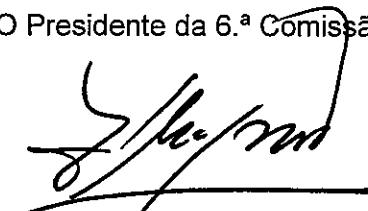
Atendendo à especificidade destes Programas e à extrema variedade de opções financeiras que integram, os diferentes Agrupamentos Municipais representados nesta Comissão reservam a expressão do seu voto para o Plenário da Assembleia Municipal

V – ANEXOS

A ora signatária considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado ou Grupo Municipal.

Assembleia Municipal de Lisboa, 26 de Maio de 2014.

O Presidente da 6.ª Comissão,



Magalhães Pereira

A Deputada Relatora,



Carla Madeira